

**Ata Nº 03/2019**

Aos 19 dias do mês de outubro, pelas 14.30 horas, na sala briefing no Autódromo Internacional do Algarve, reuniu, em segunda convocatória, a Assembleia-Geral (AG) da Federação Portuguesa de Natação (FPN), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ordem de Trabalhos**

- 1 – Aprovação da ata da Assembleia Geral de 8 de junho de 2019.
- 2 – Informações à Assembleia-Geral.
- 3 – Discussão e votação do Orçamento e Plano de Atividades 2020.
- 4 – Alteração dos Estatutos da FPN: nova proposta da redação.
- 5 – Ponto de situação da auditoria ao processo Montemor.
- 6 – Outros assuntos.

Presidiu aos trabalhos o Presidente da Mesa Alberto Mota Borges, coadjuvado pelo Vice-Presidente Paulo Lima e pelas funcionárias da FPN Isabel Lavinha e Susana Castro em representação da Secretária Alexandra Jorge.

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respetivas presenças:

	<b>Nome</b>	<b>Presente</b>	<b>Ausente</b>
1	Aldo Matos Costa	<input checked="" type="checkbox"/>	
2	Carla Mendes	<input checked="" type="checkbox"/>	
3	Alexandre do Carmo da Luz Fernandes	<input checked="" type="checkbox"/>	
4	Alexis Manaças Santos	<input checked="" type="checkbox"/>	
5	Aníbal Fernando Cabral Pires	<input checked="" type="checkbox"/>	
6	António Pedro Pires	<input checked="" type="checkbox"/>	
7	Arseniy Lavrentyev		<input checked="" type="checkbox"/>
8	Augusto Mota da Silva		<input checked="" type="checkbox"/>
9	Avelino da Silva	<input checked="" type="checkbox"/>	
10	Carlos José Furtado Cruchinho	<input checked="" type="checkbox"/>	
11	Cláudia Belchiorinho		<input checked="" type="checkbox"/>
12	Edgar Pinto de Oliveira	<input checked="" type="checkbox"/>	
13	Elmano José Rosalino Almeida De Freitas	<input checked="" type="checkbox"/>	
14	Fernando António Moreira Da Costa Xavier	<input checked="" type="checkbox"/>	
15	João Augusto Serra Alexandre	<input checked="" type="checkbox"/>	
16	João Carlos Pereira de Matos	<input checked="" type="checkbox"/>	
17	João Luís da Silva Loureiro	<input checked="" type="checkbox"/>	
18	João Paulo Pereira Fernandes	<input checked="" type="checkbox"/>	
19	João Paulo Soares Rodrigues	<input checked="" type="checkbox"/>	

20	José Alfredo M. de Carvalho Pinto da Nóbrega	Z	
21	José Domingos Dias Vaz	Z	
22	Luís Miguel Cameira de Sousa	Z	
23	Luís Vaz	Z	
24	Manuel da Silva Pereira	Z	
25	Maria Helena A. Antas de Barros C. do Carmo		N
26	Maria Isabel Lima Mendes Pinheiro	Z	
27	Mário António Rodrigues Correia Pereira		N
28	Miguel Amarante Oliveira	Z	
29	Miguel Santos	Z	
30	Paulo Jorge Ribeiro Marques	Z	
31	Pedro André Cameiro Morais	Z	
32	Pedro Filipe Andrade Faia	Z	
33	Pedro Miguel Queiroz Meira Cruz	Z	
34	Ricardo Pedro Moura Sousa		N
35	Rui Paulo Leitão Borges	Z	
36	Sandra Cristina Baião de Oliveira		N
37	Soraia Crespo	Z	
38	Vítor Manuel Alves de Sousa		N
39	Vítor Manuel Dias Tomás		N
40	Vítor Manuel Rodrigues Mavioso		N

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG) iniciou a sessão cumprimentando os presentes e alertando para o facto de só poderem participar na AG, quem é efetivamente delegado, conforme previsto em regulamento. Pode estar presente, mas não participa e sempre com a aprovação da Mesa da AG. \_\_\_\_\_

Informou também que a Secretária Alexandra Jorge, por motivos pessoais não pode estar presente, questionando os Delegados se se opunham à presença na Mesa da AG de Isabel Lavinha e Susana Castro para secretariar a mesma, não havendo objeção iniciaram-se os trabalhos. \_\_\_\_\_

Seguindo a ordem de trabalhos, o ponto 1 da convocatória, procedeu-se à votação da ata da última assembleia geral que foi aprovada por unanimidade, pelos delegados que estiveram presentes na AG de 08-06-2019. \_\_\_\_\_

Passando ao ponto 2, informações gerais, o Presidente da Mesa da AG, passou a palavra ao Presidente da Direção da FPN. Já com o poder da palavra, o Presidente da Direção da FPN, iniciou saudando os senhores delegados e a respetiva Mesa, projetando as novas informações

desde a última AG (08-06-2019). Leu os resultados e o número de participações nacionais e internacionais de todas as disciplinas que a FPN abrange (natação pura, natação artística, saltos para a água, polo aquático e natação adaptada), assim como as respetivas atividades, apresentando ainda o calendário competitivo da época 2019/2020. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa questionou a respetiva assembleia se alguém tinha alguma questão para o ponto 2. Ninguém se pronunciou. \_\_\_\_\_

Relativamente ao ponto 3, discussão e votação do Orçamento e Plano de Atividades 2020, o Presidente da Mesa da AG deu a palavra ao Presidente da Direção da FPN. O Presidente da Direção da FPN tomou a palavra, informando que o Livro de Medidas do Plano de Ação e Orçamento 2020 foi entregue no início da reunião a todos os delegados e Mesa da AG, de forma a que todos pudessem seguir a apresentação do Ponto 3. O Presidente da Direção da FPN informou que com a aproximação do fim do ciclo 2016-2020, são cada vez menos os projetos por cumprir, tendo como objetivos, no final de 2020, o cumprimento de todas as medidas e incluir ainda novas disposições no plano de ação com os respetivos indicadores. Realçou também as poucas alterações na estrutura da Federação (organograma), tendo sido incluídos relativamente ao que existia, os auditores regionais no âmbito do Portugal a Nadar e a certificação de escolas de Natação – Jorge Soares (Madeira); Carolina Matos (Açores); Blanca Nereu (Sul e Algarve); João Graça (Lisboa Vale do Tejo); Luís Coutinho (Norte e Centro de Portugal). Foram também inseridos dentro do organograma a estrutura médica e fisioterapeuta. De seguida, passou à apresentação das medidas do Plano de ação reforçando aquelas que estarão em execução e que não foram cumpridas anteriormente no vetor I: massificar, informar, registar e cadastrar instalações; promover programas certificados de acesso à prática; Vetor II: massificar, informar, registar e cadastrar, Vetor III: Rendimento desportivo; Vetor IV: reorganização estrutural, funcional e promoção. Referenciou igualmente os indicadores e metas do plano estratégico para cada vetor e respetivo objetivo estratégico. Explicou detalhadamente o mapa comparativo de execução financeira por atividade (receitas e despesas), revelando-se totalmente disponível para esclarecer qualquer questão. \_\_\_\_\_

Importante referir que atualmente 65% das receitas próprias são da FPN. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da AG agradeceu a apresentação e abriu o período de questões aos delegados, pedindo a palavra a delegada Soraia Crespo para colocar três dúvidas, sendo a primeira relativa à despesa do enquadramento técnico, já que sofreu um aumento de 500%, tendo o Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Natação informado que a rubrica em questão se refere à subcontratação de técnicos às autarquias no qual a Federação possui contratos-programa e que este aumento se deve à entrada de duas novas entidades para o próximo ano, Odivelas e Penafiel e também pelo aumento do contrato-programa com Almada, passando de quatrocentos mil euros para setecentos mil euros de projeto de contratação de técnicos/ano. A segunda questão da delegada prendeu-se com o objetivo estratégico 8 – Seleções

Nacionais – mais concretamente na ausência da Natação Artística no número de nadadores enquadrados no programa de preparação olímpica e se a mesma teria sido contabilizada. O Presidente da Direção da FPN respondeu que ao contrário das disciplinas contabilizadas neste indicador, a Natação Artística não é subsidiada pelo Comité Olímpico de Portugal, mas sim subsidiada por receitas próprias da FPN. A terceira questão da mesma delegada foi relativa ao número de ações de formação de Arbitragem e se foram tidas em conta as carências específicas de cada disciplina para o número de ações previstas. O Presidente da FPN informou que sim e que existe o objetivo específico, descrito no Caderno das medidas do plano de ação e orçamento 2020, de alargar às Associações a responsabilidade de reportar carências de formação nas diferentes disciplinas. A delegada ficou esclarecida, mas quis deixar claro que o número de ações de formação do polo aquático e natação artística lhe parecem reduzidas quando comparadas com as de natação pura. \_\_\_\_\_

O delegado João Paulo Fernandes pediu a palavra, agradecendo inicialmente o convite para o almoço e jantar, questionando de seguida a origem de dois valores relativos a receitas de "Outras entidades" e "Outros rendimentos". O Presidente da FPN esclareceu que o primeiro é relativo aos contratos com as autarquias e que o segundo é relativo aos reembolsos das viagens e alojamentos relativos aos eventos internacionais organizados pela FPN. \_\_\_\_\_

De seguida pediu a palavra o delegado Pedro Cruz, questionando qual dos dois documentos, Medidas do Plano de Ação e Orçamento 2020 (Caderno I) ou Plano de Atividades e Orçamento, prevaleciam, já que os subsídios das associações não se encontram iguais nos dois. O Presidente da FPN explicou que o documento que conta na ótica do IPDJ e das associações é o relatório de atividades e contas decorrente, já que o outro documento não é mais do que o solicitado pelos membros da AG, de forma a que a Federação fizesse sempre um controlo por rúbrica e por medida, juntando depois os orçamentos em algo que fosse facilmente perceptível. Após a explicação do Presidente da FPN, o delegado Pedro Cruz continuou a considerar e a aconselhar que seria importante uma maior descrição rúbrica a rúbrica. De forma a que o delegado ficasse esclarecido, teve a palavra a Contabilista Certificada da Federação Marta Bastos, esclarecendo que o orçamento respeitou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Presidente da Mesa da AG, propôs a utilização de um anexo onde se divulgasse em detalhe as rúbricas das despesas. O delegado Miguel Santos propôs também que esse anexo existisse e que para além da discriminação das rúbricas das despesas fosse também colocado o das receitas. O Presidente da FPN pediu aos delegados que enviassem uma proposta sobre as rúbricas que gostariam de ver detalhadas. \_\_\_\_\_

O delegado Aldo Costa referiu que na sequência da nova lei que regula a atividade do treinador publicada no dia 6 de setembro, os novos referenciais de formação estão a ser preparados, alterando a matriz de formação geral, específica e de estágio dos treinadores e no que diz respeito à Federação, se a carga horária da parte específica for alterada, provavelmente terá reflexo na

atividade da Federação para o próximo ano. O Presidente da FPN esclareceu a assembleia que apesar da portaria ser de 2019, a lei só entrará em vigor a partir de março de 2020, dando tempo às Federações para alterar os referencias, não afetando a próxima época desportiva. \_\_\_\_\_

Tomou novamente a palavra o delegado João Paulo Fernandes propondo que relativamente ao detalhe das rúbricas do orçamento, sendo que este é inicialmente realizado através das contas, então que se envie esse mesmo orçamento aos delegados para que seja avaliado passo a passo. A delegada Soraia Crespo pediu que fosse explicado de que centro de custos saem as despesas relacionadas com a arbitragem tanto a nível nacional como internacional. O Presidente da FPN informou que por solicitação da AG foi criado um centro de custos para a arbitragem, relativamente a despesas com a arbitragem nos eventos internacionais essas saem dos eventos internacionais. Antes de prosseguir, o Presidente da Direção da FPN propôs um reconhecimento por parte da AG a todo o staff da FPN pelo trabalho e apoio incansável na organização de eventos nacionais e internacionais. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da AG informou que o parecer do Conselho Fiscal foi divulgado a todos os membros da AG, composto por cinco parágrafos, sendo o parecer favorável à proposta e plano de orçamento apresentados pela Direção para o ano fiscal 2020, colocando à votação o mesmo e tendo sido aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da AG sugeriu que se alterasse os pontos da ordem de trabalhos, passando para o ponto 5 - Ponto de situação da auditoria ao processo Montemor – dando a palavra ao Presidente da FPN. Este, prosseguiu informando que a Direção da Federação foi mandatada para solicitar uma auditoria externa a Montemor, sendo esta feita pela entidade BDO & Associados, SROC, Lda., apresentando de seguida o relatório preliminar, sujeito apenas à apreciação na última reunião da Direção. Após as alterações tidas como convenientes pelos membros da Direção, o relatório será enviado a todos os delegados da AG através do Presidente da Mesa da AG. De seguida, o Presidente da FPN apresentou a síntese do relatório. Pediu a palavra o delegado Aníbal Pires dizendo que após a apresentação da síntese do relatório sente que os delegados da AG da anterior Direção foram enganados e que Direção atual da FPN deve tomar uma posição legal tendo em conta esta auditoria a Montemor. Disse também que independentemente da atitude legal que a Direção da FPN possa tomar, após o conhecimento real do documento da auditoria irá propor uma moção de censura, dentro dos prazos legais, aos elementos da Direção anterior responsáveis pelos factos descritos no relatório final da auditoria, se assim se justificar. O delegado José Nóbrega aprovou também as ações a tomar por parte da Direção da FPN. O delegado Elmano Freitas concordou que se deve levar o processo até ao fim e que não legitimando as atitudes da Direção anterior, não deve ser despendida energia no final deste processo. O delegado Manuel Pereira informou que o dinheiro para a casa de Montemor foi retirado às associações pela Direção anterior e repostado pela Direção atual. O delegado João Loureiro disse estar na expectativa que o resultado do relatório trouxesse outras conclusões,

aguardando pela entrega do relatório final por parte do Presidente da Direção da FPN ao Presidente da Mesa da AG e que após essa entrega, o documento fosse divulgado aos delegados da AG, já que também ele se sente enganado pela Direção anterior. O delegado João Paulo Fernandes frisou que já em 2013 este caso lhe pareceu estranho e que fazendo fé na síntese do relatório é neste momento um caso de polícia. O Presidente da Mesa da AG comentou que existem duas dimensões, a da gestão e que relativamente a esta competência há que desencadear os mecanismos relativos às ilegalidades, mas existe também a dimensão da confiança e que neste caso há que aprender e olhar para o futuro, criando mecanismos que solidifiquem a Federação e que como Órgão Social estará disponível para desencadear todos os mecanismos para ressarcir e responsabilizar quem enganou e traiu esta confiança que existe nos órgãos sociais. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da AG voltou então ao ponto 4 da ordem de trabalhos – Alteração dos Estatutos da FPN: nova proposta da redação – informando que foi enviada uma nova proposta para alteração dos Estatutos da FPN aos delegados da AG e que havia quórum para que se procedesse à votação. Antes de proceder à votação, o Presidente da FPN comunicou que a proposta de revisão dos estatutos foi apresentada no dia 8 de junho 2019, tendo esta sido submetida ao Vice-Presidente da Mesa da AG que pediu na altura alguns esclarecimentos e correções que foram executados. Foi também submetida ao Conselho de Justiça da FPN devido a alteração do regime jurídico do tribunal arbitral e das competências do Conselho de Justiça e que verteu em sede de estatutos as alterações. Assim foi enviada a proposta final dos estatutos da FPN, bem como o mesmo documento, mas com todas as alterações assinaladas, para que fosse mais fácil a apreciação. \_\_\_\_\_

Aberta a discussão, a delegada Soraia Crespo quis congratular o Presidente da FPN por todo o esforço feito desde a última assembleia relativamente à situação de aprovação dos estatutos. O delegado João Paulo Fernandes pediu um esclarecimento ao artigo 3, ponto 4 - A atividade da FPN, no respeito pela lei e pelos presentes estatutos, é, ainda, disciplinada obrigatoriamente pelos regulamentos de Disciplina, Eleitoral, Arbitragem e outros que se mostrem necessários, a aprovar pela Direção, nos termos estatutários, cumprindo com o n.º 3 do Artigo 26º. – questionando se a AG teria alguma palavra relativamente a aprovação de regulamentos. O Presidente da FPN respondeu que não, visto que os regulamentos são um ato de gestão e nesse sentido, apenas a Direção terá o poder de decisão, não obstante, a Direção terá um prazo de 30 dias para a divulgação e se a AG solicitar alterações à proposta inicial, nesse caso a Direção terá de rever e havendo alteração em conformidade o regulamento apenas entrará em vigor na época seguinte. Não havendo mais questões, o Presidente da Mesa da AG pôs a votação a alteração dos estatutos, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes (30 delegados). \_\_\_\_\_

Relativamente ao ponto 6, outros assuntos, o Presidente da Mesa da AG informou que as datas para a eleição dos delegados da AG para o próximo ciclo eleitoral realizar-se-á a 4 de julho de



2019 e a 10 de outubro de 2019 para os órgãos sociais. De seguida, o Presidente da Mesa da AG, passou a palavra ao delegado Manuel Pereira que questionou o Presidente da FPN sobre o facto de ter sido pedido às associações que no dia da gala da natação não se realizassem provas, tendo a sua associação cumprido com o pedido, sendo que três associações não cumpriram e o porquê desse incumprimento. Pediu também um maior cuidado na elaboração dos calendários das associações e Federação de modo a que se minimizem as alterações. O Presidente da Direção da FPN pediu desculpa pelo incumprimento dessas três associações, já que no final do ano passado ficou acordado que não poderiam haver datas coincidentes nas competições nacionais, meetings de referência (Porto, Lisboa, Coimbra e Algarve), congresso da APTN e gala da natação, sendo que nesta última a Federação viu-se confrontada pela falta de datas para o número de atividades existentes no ano, assim, a autorização foi feita com a condição que as associações respetivas se comprometessem a que todos os delegados da AG pudessem estar presentes na gala da natação, bem como na AG, tendo comparecido todos os delegado das associações respetivas à AG. Antecipando outra questão relativamente ao meetings de referência apoiados pela Federação, não deverá haver provas da mesma disciplina, do mesmo escalão, ou autorizações em participações internacionais nas datas desses meetings, sendo que a Federação não se opõe a esse pedidos, mas os resultados não serão homologados pela Federação. O delegado Edgar Oliveira lamenta a resposta do Presidente da FPN relativa ao incumprimento das três associações e de estas terem sido autorizadas a realizar provas neste mesmo dia (da reunião AG e gala da natação) esperando que estes incumprimentos não voltem a acontecer. Chamou também a atenção que os escalões para o regulamento geral não estão coincidentes com a política desportiva, solicitando que se altere um ou outro. De seguida, o delegado Aníbal Pires informou que uma das associações com provas neste dia é a que preside (ANNP), justificando que pela extensão do calendário da associação e pelas instalações disponíveis não tiveram alternativa e que a Federação foi compreensível a esse facto, sem prejuízo da presença dos delegados a esta assembleia. O delegado João Paulo Rodrigues desejou fazer uma chamada de atenção sobre as filiações, já que lhe foi informado que este ano o lançamento de todos os documentos de filiação no FPN system para o processo seriam experimentais e que teriam de ser feitas após 15 de setembro e que no caso específico das declarações parentais tiveram de ser recolhidas antes desse dia, havendo à posteriori alteração dessa mesma declaração sem informação direta às associações e apenas com o lançamento dessa informação na página oficial da Federação. O Presidente da FPN explicou que a decisão é da tutela e não da Federação, sendo que esses prazos têm de ser cumpridos à luz da utilidade pública desportiva. Ainda assim, foi aprovado que a declaração de consentimento parental fosse entregue após a data prevista. O delegado Avelino Silva gostaria que houvesse um maior debate sobre os critérios de nomeação para os diferentes prémios entregues na gala da natação, referindo especificamente o critério de campeão nacional em detrimento de campeão do mundo para a categoria de melhor atleta do ano

de masters. O Presidente da FPN informou que existem dois regulamentos que irá propor a alteração, o regulamento das distinções honoríficas e os critérios da atribuição das nomeações dos atletas do ano. O delegado José Nóbrega questionou se seria possível, havendo duas a três assembleias gerais por ano, arranjar estadias para os delegados que se deslocam às mesmas. O Presidente da FPN informou que recebeu uma proposta concreta do Presidente da Mesa da AG, que irá colocar à discussão à Direção, de ser a FPN a assumir por contrarreembolso de despesa o valor inerente à deslocação, estadia e alimentação, para que não haja ónus financeiro que impeça a presença dos delegados na AG. O delegado Fernando Xavier informou que recebeu queixas de alguns clubes sobre mudanças do FPN system sem terem sido notificados, aproveitou também para dizer que algumas nomeações para a gala lhe parecem subjetivas. Questionou também porque é que um subsídio de participação nos nacionais da época 2017/2018 foi pago agora em setembro deste ano. Relativamente ao FPN system, o Presidente da FPN informou que existem atualizações constantes e que apesar de dificilmente ter um sistema perfeito e que satisfaça todos, este tem melhorado de ano para ano. Quanto aos critérios de nomeação da gala serão sempre difíceis de satisfazer todos. Sobre os subsídios respondeu a contabilista certificada da FPN Marta Bastos, assumindo que tem havido alguns atrasos nos pagamentos e que se está a tentar regularizar. Acrescentou o Presidente da FPN que tanto na reunião de conselho de gestão como na de Direção, efetuadas no dia anterior, foi aprovada uma auditoria aos procedimentos financeiros e contabilísticos da FPN de forma a serem mais eficientes. O delegado João Paulo Rodrigues referiu que relativamente ao pagamento que o delegado Fernando Xavier mencionou o atraso não foi assim tão grande. A delegada Soraia Crespo afirmou que a arbitragem nacional não está a funcionar e gostaria de saber porque é a Vice-Presidente da FPN para a arbitragem a autorizar os pagamentos aos árbitros. Colocou ainda mais duas questões: o porquê do incumprimento regulamentar no número de elementos da arbitragem nas provas de polo aquático internacionais, mais especificamente a convocatória de 12 árbitros de polo aquático para o Campeonato do Mundo de Polo Aquático de Juniores Femininos no Funchal, sendo que os outros 4 foram providenciados pela Associação de Natação da Madeira (ANMAD), sem formação para o exercício dessa função; e o porquê da descredibilidade constante relativa aos árbitros de polo aquático, não havendo abertura ao diálogo por parte da Vice-Presidente da FPN para a arbitragem. O delegado Alexandre Fernandes e Presidente do conselho regional de arbitragem da ANMAD quis esclarecer que relativamente ao Campeonato do Mundo de Polo Aquático de Juniores Femininos no Funchal, foi contactado pelo Vice-Presidente da FPN para o polo aquático Jorge Cruz solicitando que, para o Campeonato do Mundo de Polo Aquático de juniores femininos, lhe facultasse 4 árbitros da ANMAD para ajudar nas tarefas da arbitragem e que não necessitariam de formação específica para as tarefas em causa, mas sem indicação de quais. Assim foram disponibilizados 4 árbitros, alguns dos quais já tinham participado no Campeonato da Europa de Polo Aquático de Juniores Femininos no ano anterior também no Funchal, sendo que nenhum



membro responsável para a área do polo aquático forneceu qualquer tipo de indicação das tarefas que estes membros iriam executar. Estes árbitros depararam-se, já no decorrer do evento, com bastante dificuldade na execução das tarefas pedidas. Quis também deixar em ata que o Vogal do Conselho Nacional de Arbitragem (CNA) para o polo aquático, Miguel Andrade, destratou e humilhou estes 4 árbitros pela sua condição específica de ausência de formação. No dia seguinte ao término do campeonato contactou o responsável do CNA a requisitar um pedido formal de desculpas pela forma como o Senhor Miguel Andrade tratou estes árbitros e que até ao dia de hoje aguarda pelo mesmo, apesar de ter a confirmação que a informação que fez chegar ao Presidente da ANMAD, Presidente da Direção da FPN bem como ao conselho de arbitragem foi recebida. Sobre estas questões, o Presidente da FPN esclareceu que por solicitação da AG existe um centro de custos distinto para a arbitragem, na qual existe uma Vice-Presidente que terá de validar o pedido de pagamento, sendo que existem várias discrepâncias entre o valor real a pagar e aquele que é pedido, o que terá de ser filtrado para que não hajam pagamento indevidos. Prosseguiu dizendo que chega a ser menos oneroso para a Federação convocar árbitros espanhóis, com todos os custos inerentes ao deslocamento e alojamento, do que árbitros portugueses. Assim foram criados critérios, critérios esses que têm sido mal recebidos pela arbitragem do polo aquático. Relativamente às questões do Campeonato do Mundo colocadas pelos delegados Soraia Crespo e Alexandre Fernandes, a razão pela qual a Federação convocou 12 árbitros ao invés de 16 deve-se ao facto de a Federação acreditar que para as funções de oficial de Mesa e juiz de golo qualquer pessoa poderia ser formada e que a diferença de levar 16 árbitros ou 12 do continente teria uma diferença orçamental de 8 mil euros e que como a Federação está a gerir recursos de todos, há que ter um cuidado especial. O facto de não ter sido passada a informação de quais as funções a exercer pelos oficiais de Mesa e juizes de golo fez com que o Presidente do Conselho Regional de Arbitragem da ANMAD, Alexandre Fernandes, não conseguisse seleccionar os árbitros ideais para as funções. Relativamente às atitudes do Vogal do CNA para a área do polo aquático, sendo que a o Presidente da Federação não tem qualquer influencia no CNA, resta-lhe pedir à Presidente do CNA que fale com a pessoa em questão, de forma a que estas situações não se repitam. Quis a delegada Soraia Crespo acrescentar sobre o tema da arbitragem, que aguarda desde janeiro uma resposta sobre o recebimento mediante apresentação de documento de fatura-recibo, dando a título de exemplo o seu caso particular onde até à data recebeu um valor da FPN de 3055€, sendo que 1200€ foram relativos a prémios de jogo e o restante a despesas relativas à realização de jogos, sendo que a solução encontrada de isenção até aos 2375€ não é suficiente e que acima de tudo o que os árbitros pedem é envolvimento da parte da estrutura da Federação, Direção da Federação e do CNA. \_\_\_\_\_

O delegado Edgar Oliveira, informou que relativamente aos pagamentos dos subsídios relativos aos campeonatos nacionais, é importante que não hajam duas respostas díspares, a do staff da Federação e a do Presidente da FPN. O delegado Aníbal Pires concordou com a delegada Soraia



Crespo sobre o assunto da arbitragem, já que há falta comunicação e alguma prepotência e que a ligação entre o CNA e a pessoa que representa as diversas disciplinas não é a melhor e será necessário averiguar o porquê. O Presidente da FPN lembrou que a questão da arbitragem não é um tema fácil e que esta Direção já teve dois Conselhos Nacionais de Arbitragem. \_\_\_\_\_  
O Presidente da FPN comunicou que se irá recandidatar ao novo ciclo 2020-2024. \_\_\_\_\_  
Dos trabalhos foi efetuada a gravação dos mesmos, que ficará em arquivo no servidor da FPN. Foi ainda lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e Secretárias da Mesa, sendo formalmente validada na Assembleia Geral seguinte. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Alberto Mota Borges

As Secretárias da Mesa da Assembleia Geral



Susana Castro e Isabel Lavinha